

As desigualdades educacionais no meio rural: um estudo dos impactos raciais no Brasil e no estado de Mato Grosso

 Márcio Henrique de Freitas Cavichioli¹,  Suely Dulce de Castilho²

^{1, 2} Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Instituto de Educação - IE. Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367, Boa Esperança. Cuiabá - MT. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: cavichioli@hotmail.com

RESUMO. O objetivo do presente artigo é analisar o impacto das desigualdades raciais nos estágios iniciais e finais, da trajetória escolar, dos produtores agropecuários no estado de Mato Grosso e no Brasil. A principal fonte de pesquisa foi o Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2017. Por meio dele são retratados os diversos cenários rurais do país, dentre eles a educação e relações raciais, os quais possibilitam diversas reflexões sobre essas temáticas no contexto rural. Nesse sentido, a pergunta problematizadora deste artigo é a seguinte: o que revela o Censo Agro 2017, sobre as desigualdades raciais, nos estágios iniciais e finais da trajetória escolar dos produtores em Mato Grosso e no Brasil? Para responder essa pergunta, foram analisadas as seguintes variáveis: estabelecimentos agropecuários, produtor, cor ou raça, analfabetismo e ensino superior. Trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa e qualitativa, sendo que os dados tiveram um olhar ancorado, principalmente, em teóricos como Paulo Freire, Miguel Arroyo, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. Após a análise, verificou-se que ainda permanecem profundas desigualdades raciais no campo. Constata-se que a população branca representa a maioria nos indicadores mais favoráveis e a população negra nos indicadores menos favoráveis.

Palavras-chave: educação, desigualdades, relações raciais, censo agropecuário.

Educational inequalities in the rural milieu: a study on the racial impacts in Brazil and in the state of Mato Grosso

ABSTRACT. This article aims at analyzing the impact of racial inequality in the initial and final stages of school education of farming producers both in the state of Mato Grosso and Brazil. The main data source of this research is the 2017's Agricultural Census. It portrays the state of affairs in Brazil's rural life, such as education and race relations, allowing a critical perspective upon such aspects of the rural context. Thus, this article strives to address the following question: "What does the 2017's Agricultural Census reveal about racial inequalities in the initial and final stages of school education of farmers in the state of Mato Grosso and Brazil?". To answer this question, the following variables were analyzed: agricultural establishments, producers, race or skin color, literacy level and college education. The research design was based in a quantitative and qualitative approach, underscored by the theoretical framework of Paulo Freire, Miguel Arroyo, Carlos Hasenbalg and Nelson do Valle Silva. The analysis corroborates the persistence of profound inequalities by demonstrating that the majority of favorable indicators benefits the white population, while the majority of the unfavorable is comprised by black people.

Keywords: education, inequalities, race relations, agricultural census.

Desigualdades educativas en zonas rurales: un estudio de impactos raciales en Brasil y en el estado de Mato Grosso

RESUMEN. El objetivo del presente artículo es analizar el impacto de las desigualdades raciales en las etapas iniciales y finales de la trayectoria escolar de los productores agropecuarios en el estado de Mato Grosso y en Brasil. La principal fuente de investigación fue el Censo Agropecuario del IBGE, realizado en 2017. Este retrata los distintos escenarios rurales del país, entre ellos, la educación y las relaciones raciales, que posibilitan diversas reflexiones sobre estos temas en el contexto rural. De esta manera, la pregunta problematizadora de este artículo es la siguiente: ¿Qué revela el Censo Agro 2017 acerca de las desigualdades raciales en las etapas iniciales y finales de la trayectoria escolar de los productores agropecuarios en Mato Grosso y en Brasil? Para responder a esta pregunta, se analizaron las siguientes variables: establecimientos agropecuarios, productor, color o raza, analfabetismo y educación superior. Esta investigación tiene un enfoque cuantitativo y cualitativo, y los datos fueron analizados con base en teóricos como Paulo Freire, Miguel Arroyo, Carlos Hasenbalg y Nelson do Valle Silva. Después del análisis, se encontró que aún persisten profundas desigualdades raciales en el campo. Se verificó que la población blanca representa la mayoría en los indicadores más favorables y la población negra en los indicadores menos favorables.

Palabras clave: educación, desigualdades, relaciones raciales, censo agropecuario.

Introdução

Este artigoⁱ insere-se nas discussões sobre educação do campo, relações raciaisⁱⁱ e sobre as desigualdades vistas nos setores rurais brasileiro e mato-grossense. Pensar e implementar ações educacionais no campo é uma tarefa desafiadora devido a todas as questões que envolvem o tema. Questões como condições precárias de tráfego, necessidade de reforma agrária, concentração e desigualdade de renda, sustentabilidade, desmatamento, agricultura familiar, agronegócio predatório e emprego/desemprego são alguns dos temas rurais que precisam ser debatidos juntamente com aspectos escolares, como analfabetismo, trajetória escolar, frequência escolar, ensino superior e outras questões, pois como a educação deve ser vista de forma integrada aos demais aspectos da vida social do campo, todos esses temas devem ser vistos e pensados de forma conjunta.

Segundo Arroyo e Fernandes (1999), as relações humanas, os vínculos sociais e as interações do homem com a terra sempre foram marcadas por tensões, conflitos e atritos das mais diversas ordens. Isso é fruto das imensas desigualdades existentes, devido à convivência no campo entre burgueses, latifundiários, exportadores, representantes do agronegócio, agricultores familiares, trabalhadores sem-terra, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outras diversidades de coletivos abrigadas pelo espaço e que dele retiram seu sustento. É a situação dos povos tradicionais do campo que, além de possuírem um vínculo estreito com a terra, a ponto de manterem vivas matrizes culturais específicas e próprias do campo, têm nela, no mais das vezes, o único e último refúgio.

No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há uma pesquisa que pode contribuir com essas reflexões sobre educação rural e todas essas variedades existentes no campo: o Censo Agropecuário. Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), esse Censo retrata as características de todos os estabelecimentos agropecuários do território nacional. Em 2017, foi a última vez que os pesquisadores do IBGE foram a campo para realizá-lo e produzir informações de extrema relevância para o entendimento das múltiplas realidades rurais no país, nas mais diversas temáticas, dentre elas a educação rural e seus aspectos de cor ou raça.

Quanto ao aspecto educação, há perguntas sobre analfabetismo, frequência escolar e nível de instrução. Considerando a possibilidade de cruzamento desses dados e devido à relevância do tema, a problemática discutida neste artigo é a seguinte: o que revela, o Censo Agro 2017, do IBGE, sobre as desigualdades raciais, nos estágios iniciais e finais da trajetória escolar dos produtores rurais de Mato Grosso e do Brasil? Para compreender tal problemática,

elegemos como objeto de análise os dados produzidos pelo Censo Agro, especificamente as seguintes variáveis: estabelecimentos agropecuários, produtor, cor ou raça, analfabetismo e ensino superior.

Metodologicamente, é um estudo de cunho quantitativo e qualitativo. Os dados quantitativos foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Em seguida, foram realizadas análises qualitativas dos dados. Os principais autores que ofereceram argumentos para análise foram Freire (1989, 2010), Arroyo e Fernandes (1999), Hasenbalg (2003) e Valle Silva (2003). Também foi feita uma pesquisa documental utilizando o questionário do Censo Agro 2017, Manual do Recenseador (IBGE, 2017b), além da leitura de todas as informações contidas no endereço eletrônico do Censo Agro 2017 e das informações sobre Censo Agropecuário no endereço eletrônico do IBGE.

O presente artigo está organizado em cinco partes. A primeira, esta introdução, problematiza o tema e apresenta a pergunta que orienta a escrita do artigo, o objeto do estudo e a metodologia. A segunda trata do histórico do Censo Agropecuário no país, sua importância e principais conceitos como estabelecimento e produtor agropecuário. A terceira parte descreve questões relevantes do Censo Agropecuário de 2017 com ênfase nas informações do questionário sobre os temas “educação” e “cor ou raça”. A quarta seção apresenta os resultados do Censo, por meio de cinco gráficos, bem como as análises quantitativas e qualitativas acerca dos temas estudados. E a última parte são as considerações finais, com a síntese dos principais resultados pesquisados e uma análise reflexiva acerca do tema.

O Censo Agropecuário do IBGE

O Censo Agropecuário é o principal instrumento do IBGE para retratar o Brasil rural e seus detalhamentos em nível de Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. São diversos os temas e as variáveis geradas que possibilitam uma compreensão em detalhes do setor rural brasileiro. São dados e informações que analisam o passado, presente e que auxiliam para que a sociedade, os governos e as universidades possam ter condições de contribuir com ações afirmativas futuras e políticas públicas.

Segundo o IBGE (2021), os Censos Agropecuários foram realizados no país nos seguintes anos: 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2007 e 2017. Ao verificar os anos da realização das operações censitárias, percebe-se que não houve uma regularidade fixa (decenal, quinquenal etc.) em sua realização. Segundo o ex-presidente do

IBGE, Charles Curt Mueller, o Censo Agropecuário é uma pesquisa estratégica para análise da realidade, e possíveis elaborações de políticas que visem à diminuição das desigualdades sociais e à erradicação da miséria no país (Mueller, 2014).

E as estatísticas públicas produzidas pelo Censo Agropecuário fornecem informações nas mais diversas áreas com interseções rurais. Ao se analisarem os questionários dos Censos Agropecuários, percebe-se a possibilidade de acessar dados/informações sobre agricultura familiar, produções orgânicas, uso de agrotóxicos, trabalho e renda no campo, produção de alimentos, concentração fundiária, ações de sustentabilidade, características dos estabelecimentos agropecuários (acesso à internet, energia elétrica, posse de e-mail e telefone), idade e sexo do produtor, agroindústria, escolaridade e uma infinidade de outros temas, tendo sempre o estabelecimento agropecuário como unidade a ser pesquisada.

O IBGE compreende estabelecimento agropecuário como:

É toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.) ou de sua localização (área rural ou urbana), todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para a subsistência (sustento do produtor ou da sua família). (IBGE, 2017b, p. 38).

Percebe-se que há um conjunto de características que define a propriedade rural como um estabelecimento agropecuário, mas fundamentalmente é necessário haver produção para venda ou para subsistência. Apenas as propriedades que se encaixem nesse conceito serão pesquisadas pelo IBGE, no Censo Agropecuário. O pesquisador do IBGE, ao fazer seu percurso de trabalho, analisará as propriedades rurais e fará perguntas às pessoas que se encontram nelas. Caso as propriedades tenham convergência com o conceito de estabelecimento agropecuário, elas serão objeto de pesquisa.

A compreensão desse conceito é de grande valia para o entendimento da referida pesquisa, visto haver diversas propriedades rurais que não são objeto de estudo do IBGE no Censo Agropecuário. Os dados do Censo Agro de 2017 revelam que, no Brasil, existem 5.073.324 e, em Mato Grosso, 118.679 estabelecimentos agropecuários. Portanto, esses foram os quantitativos pesquisados e os dados deste trabalho indicam o retrato deles. E cada um desses estabelecimentos é gerenciado por uma pessoa conceituada como produtor agropecuárioⁱⁱⁱ: “é a pessoa física, independente do sexo, ou a pessoa jurídica responsável pelas decisões na utilização dos recursos e que exerce o controle administrativo das operações que envolvem a exploração do Estabelecimento Agropecuário.” (IBGE, 2017b, p. 51).

O Censo Agropecuário de 2017 e os Indicadores Educacionais e de cor ou raça

Ao manusear o questionário do Censo Agro de 2017, verifica-se que são 10 páginas e 41 temas. Neste trabalho serão detalhadas as perguntas sobre cor ou raça e educação. Sobre cor ou raça, em termos de heteroidentificação, há cinco opções de perguntas/respostas: branca, preta, amarela, parda e indígena. Já para educação são três perguntas. A primeira é “sabe ler e escrever?”, com duas opções de resposta, “sim” ou “não”. No Manual do Recenseador, há observações sobre essa pergunta. A resposta “não” é para as pessoas que não sabem ler e escrever ou que escrevem apenas o próprio nome. E a resposta “sim” é direcionada para a pessoa que sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece (IBGE, 2017b).

A segunda pergunta sobre educação é: “qual é o curso mais elevado que frequenta ou frequentou?”. São treze opções de resposta abrangendo toda a trajetória escolar ou sua ausência. São elas: Nunca frequentou escola; Alfabetização de jovens e adultos; Classe de alfabetização; Antigo primário; Antigo ginásial (médio, 1º ciclo); Regular do ensino fundamental ou 1º grau; Educação de jovens e adultos do ensino fundamental ou supletivo do 1º grau; antigo científico; clássico e outros (médio 2º ciclo); Regular do ensino médio ou 2º grau; Técnico do ensino médio ou 2º grau; Educação de jovens e adultos do ensino médio ou supletivo do 2º grau; Superior de graduação, Mestrado ou Doutorado.

A terceira pergunta é “Concluiu este curso?” e tem duas opções de resposta, “sim” ou “não”. Considerando essas três perguntas/respostas sobre educação, no cruzamento com as informações sobre cor ou raça e as possibilidades de conexão com os demais temas do questionário do Censo Agropecuário, é possível mensurar o enorme potencial de diversos estudos, pesquisas e trabalhos acadêmicos que podem ser feitos tendo esses bancos de dados como base de elaboração de tabelas, gráficos e reflexões qualitativas sobre o campo.

Para este trabalho foi feita a opção de estudar as seguintes variáveis: estabelecimentos agropecuários, produtor, cor ou raça, analfabetismo e ensino superior. São indicadores suficientes para se iniciarem reflexões acerca dos temas e não há nenhuma intenção em esgotar as temáticas, mas apenas em demonstrar alguns indicadores de desigualdades raciais e educacionais no ambiente rural brasileiro e mato-grossense.

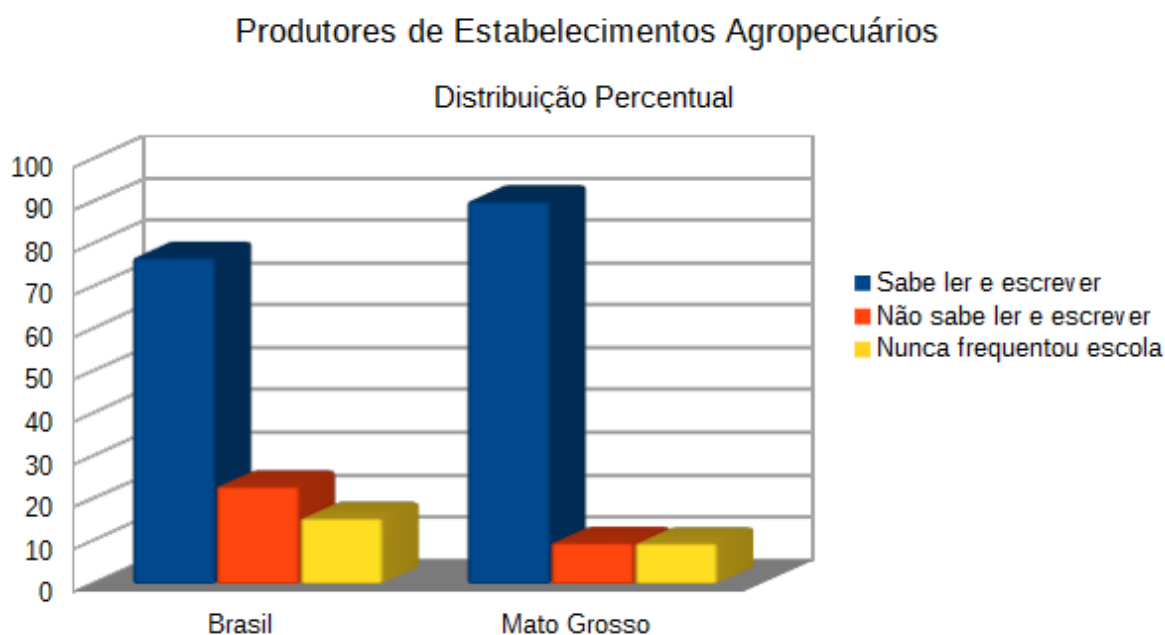
Resultados

Todos os dados foram gerados por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), que é um sistema de dados agregados gratuito e pode ser acessado pela internet, por quem desejar. Foram utilizadas as Tabelas 6755, 6759, 6857 e 6882 do SIDRA. Em seguida, os dados gerados foram convertidos em percentuais, pois como serão trabalhados dois níveis de desagregação (Brasil e Mato Grosso), a opção de distribuição percentual facilita a visualização dos gráficos gerados.

Considerando que a variável de produtor agropecuário é uma das mais importantes para cruzar com indicadores educacionais, foi feita uma análise prévia de qual é o retrato racial desses produtores. Será que o retrato racial deles reflete a sociedade brasileira e mato-grossense? Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE de 2017, a população parda é maioria no país com 46,8% dos brasileiros e, em Mato Grosso, corresponde a 57,7%. Contudo, ao se verificar o retrato racial dos produtores agropecuários, constata-se que a maioria é branca no Brasil (45,42%) e em Mato Grosso (49,25%).

Ou seja, mesmo antes de fazer cruzamentos com indicadores educacionais já é possível constatar desigualdades raciais no setor rural brasileiro e mato-grossense, apenas, com o retrato da variável produtor agropecuário. Esses produtores de certa forma possuem um papel de destaque no campo, pois são os responsáveis pela gestão dos estabelecimentos agropecuários. E mais uma vez é observado que as posições de destaque são compostas por pessoas brancas, como maioria, corroborando com as diferenças raciais e os preconceitos de cor ou raça que perpassam pela sociedade brasileira, independente do campo social estudado, a exemplo das pesquisas de Hasenbalg (2003), Ribeiro (2003) e Valle Silva (2003). A seguir, será visto o retrato desses produtores nas duas extremidades do ciclo escolar (alfabetização e ensino superior) e será observado se as desigualdades educacionais têm relação com a cor ou raça no setor rural.

Gráfico 1 - Produtores Agropecuários no Brasil e Mato Gross.



Fonte: Organização dos autores (cf. SIDRA, 2021, <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6755>).

O Gráfico 1 retrata o perfil dos produtores agropecuários do país e de Mato Grosso em relação ao analfabetismo e frequência à escola. A maioria dos produtores sabe ler e escrever. Em nível nacional, o percentual é de 76,96% e, para Mato Grosso, 90,24%. O percentual de analfabetos é de 23,03% para Brasil e 9,75% para Mato Grosso. Já 15,50% dos produtores brasileiros e 9,61% dos produtores mato-grossenses nunca frequentaram a escola. De todos os dados do Gráfico 1, os mais preocupantes são os percentuais de produtores agropecuários analfabetos no Brasil que são de 23,03%, e os de que nunca frequentaram a escola, 15,50%. São números expressivos, pois uma quantidade substancial nunca frequentou um estabelecimento de ensino e muitos dos que frequentaram não conseguiram ao menos aprender a ler e escrever.

Considerando que a Educação é uma via de mão dupla, a escola aprende com os estudantes e os estudantes aprendem com a escola; quando um elevado percentual de produtores agropecuários responde que nunca frequentou a escola ou não frequentou a ponto de saber ler e escrever, todos perdem com essa situação: a escola, os estudantes e a sociedade. Segundo Freire (2010), a educação ocorre de forma dialógica, não é algo impositivo em que os professores despejam conhecimento nos estudantes. Há uma troca de saberes na qual as escolas ensinam e aprendem com os estudantes, fazendo com que de forma coletiva haja uma construção que contribua para reflexões e busca de soluções para os problemas de cada região em que as escolas estão inseridas.

E, a partir do momento que um elevado percentual de produtores agropecuários não frequenta e não frequentou a escola, há um empobrecimento geral, pois essas pessoas não ensinaram, nem aprenderam na escola. Os seus olhares, seus sonhos e seus modos de enxergar o mundo não foram compartilhados nos ambientes escolares. Trata-se de pessoas que percorreram a infância, adolescência, ingressaram na vida adulta e muitos não tiveram a oportunidade de aprender a ler e escrever ou ao menos de frequentar uma escola.

Ao se deparar com indicadores tão elevados de analfabetismo no campo, nasce a necessidade de questionar o porquê disso. Uma tese defendida para explicar é que o latifúndio seja a principal causa estrutural do analfabetismo em ambientes rurais. Ferraro (2012) faz uma análise da trajetória do analfabetismo no país, utilizando dados dos Censos Demográficos. A sua conclusão é que há uma relação substancial entre latifúndio e analfabetismo, pois as regiões com elevada concentração fundiária também apresentavam elevados índices de analfabetismo. Outros estudos que vão ao encontro desse são de Vasconi e Reça (1967) e Urrutia (1952)^{iv}.

Uma reflexão que pode ser feita sobre a relação entre latifúndio e analfabetismo é que a concentração fundiária possui, como consequência, uma concentração de capital econômico para aquisição de bens e um capital cultural necessário para seguir os percursos escolares, facilitando seu acesso, apenas, aos latifundiários e seus familiares, em detrimento dos demais moradores dessas regiões rurais. Com os dados de analfabetismo dos produtores no Brasil e em Mato Grosso, é possível avaliar se há uma diferença em relação ao tamanho da propriedade. Ou seja, é possível comparar as taxas de analfabetismo para as grandes e pequenas propriedades^v.

O Censo Agro 2017 aponta que existem no país 2.450 estabelecimentos agropecuários com 10.000 hectares ou mais. São propriedades gigantescas que contribuem para a concentração de renda e aumento das desigualdades. Os mesmos dados demonstram que, para os produtores que responderam o quesito cor ou raça, 79,02% para Brasil e 81,65% para Mato Grosso dos produtores desses latifúndios são brancos; e o percentual de analfabetismo dessa faixa é de apenas 1,38% para Brasil e 1,03% para Mato Grosso, demonstrando mais uma vez as desigualdades raciais e educacionais no campo.

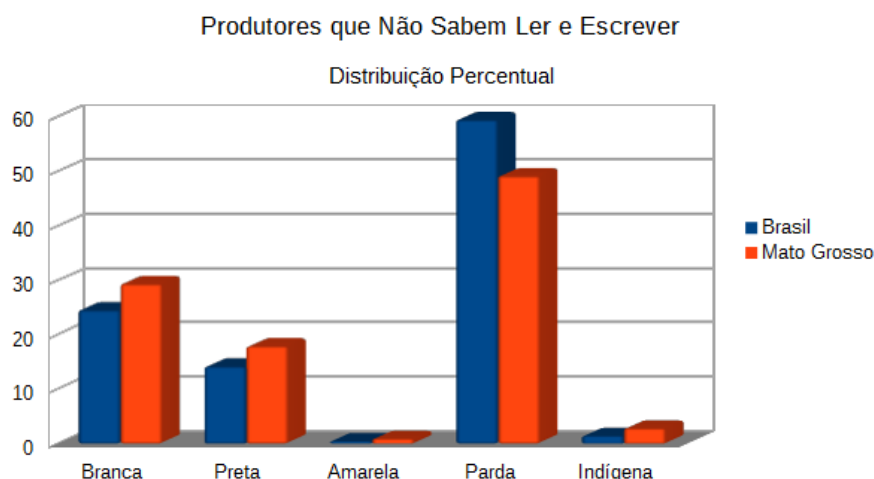
Por outro lado, ao analisar os pequenos estabelecimentos (menos de 5 hectares), percebe-se que são 1.892.967 para Brasil e 12.111 para Mato Grosso. São centenas de milhares de pequenos produtores que precisam das suas terras para sobreviver e proporcionar uma vida digna para suas famílias. A maioria deles são negros, sendo que nacionalmente a

representação negra é de 65,54% e para Mato Grosso é de 58,79%. Já a taxa de analfabetismo dessa parcela de produtores é 31,40% para Brasil e 17,00% para Mato Grosso (conforme dados já apresentados no Gráfico 1, a média geral de analfabetismo dos produtores é de 23,03% para Brasil e 9,75% para Mato Grosso).

Ou seja, nos latifúndios, a grande maioria dos produtores são brancos e, nas pequenas propriedades, há uma inversão, a população negra fica em primeiro lugar. Já em relação à taxa de analfabetismo, percebe-se que, ao separar o grande e o pequeno produtor, é possível verificar que apenas 1% dos latifundiários não sabe ler e escrever, enquanto para os pequenos a taxa é superior à média, tanto nacional quanto em Mato Grosso. Esses dados contribuem para explicar os dois próximos gráficos que apresentam cruzamentos dos produtores agropecuários em relação a cor ou raça e analfabetismo.

Para os que não sabem ler e escrever há alguma diferença ao fazer um filtro racial? E para os produtores alfabetizados, há alguma cor ou raça predominante? Diversas pesquisas do IBGE, como os Censos Demográficos, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF), demonstram que há diferenças raciais quando são feitos cruzamentos entre indicadores educacionais e raciais, em que os indicadores mais favoráveis são para as pessoas brancas, ao passo que as pessoas pardas e pretas são retratadas com indicadores menos favoráveis. A seguir, será visto se isso também ocorre nos dados do Censo Agro.

Gráfico 2 - Produtores Analfabetos por Cor ou Raça.



Fonte: Organização dos autores (cf. SIDRA, 2021, <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6755>).

A maior parte dos produtores analfabetos são pardos, tanto em nível nacional (59,44%), quanto estadual (49,11%). Os brancos ficam em segundo lugar com 24,50% para Brasil e 29,31% para Mato Grosso. Os pretos ficam em terceiro lugar com 14,17% para Brasil e 17,88% para Mato Grosso. Os indígenas ficam em quarto e os amarelos em quinta colocação. Se somar os pardos e pretos, chegará ao resultado de 74,06% dos produtores analfabetos brasileiros, apesar de a população negra representar 52,84% dos produtores agropecuários. Isso demonstra que a raça negra está super-representada neste indicador com características desfavoráveis, enquanto a população branca está sub-representada.

As informações anteriormente apresentadas demonstram que a população negra é a grande maioria nos pequenos estabelecimentos. Este já era um indicador de que os dados menos favoráveis sobre analfabetismo seriam dos produtores que se declararam pardos ou pretos. Frequentar uma escola e ser alfabetizado é acima de tudo um direito de todos os brasileiros e um exercício de cidadania plena. Segundo Arroyo e Fernandes (1999), frequentar a escola e ser alfabetizado deve ser visto como “um direito ao saber, direito ao conhecimento e à cultura produzida socialmente” (p. 17). E esse modelo de educação deve ter como pauta a criação de estruturas escolares inclusivas, tanto nos setores urbanos, quanto nas escolas rurais.

Ao invés disso, a educação brasileira tem características excludentes e seletivas, sendo que a educação do campo não é diferente. A consequência é que o acesso à escola é desproporcional e favorável ao branco, burguês e latifundiário, em detrimento da população campesina negra, pobre, assalariada e dos pequenos produtores. A prova disso é a seguinte: 74,06% dos rostos de produtores analfabetos do país são negros. São os quilombolas, os trabalhadores sem-terra, ribeirinhos, entre outras diversidades de coletivos com características de vulnerabilidade social que materializam essas gritantes desigualdades raciais e educacionais. Para mudança desse cenário, a educação deve ser vista como um direito, pois ao se fazer um vínculo da educação com o direito, vincula-se educação com toda população campesina (Arroyo & Fernandes, 1999).

Essa linha de pensamento é importante porque contribui para responder a seguinte pergunta: “Por que alfabetizar os produtores quilombolas, os sem-terra e os ribeirinhos e os demais coletivos pauperizados do campo?”. Eles devem ser alfabetizados porque são sujeitos de direitos e a educação deve ser vista como um dos grandes valores da vida, tais como saúde, justiça, trabalho, dentre outros que contribuem com a formação humana e a constituição de uma sociedade com mais equidade, independentemente da cor da pele, da orientação sexual, classe social, etnia ou origem geográfica. A única forma de o país alcançar a universalização

da educação básica e melhorar esses indicadores sobre analfabetismo é por meio dessa visão de que o acesso à escola é um direito de todos (Arroyo & Fernandes, 1999).

Há diversos outros motivos a serem levantados sobre a importância do ato de ler, não só do ponto de vista individual, mas também social. E, como ensina Freire (1989), a alfabetização é, acima de tudo, uma forma de ler o mundo, compreender o contexto, pois a leitura do mundo em que o produtor agropecuário vive precede a leitura das palavras e a possibilidade da escrita. Com a apropriação dos conhecimentos da leitura da palavra, será possível fazer uma releitura de seu mundo e de certa forma contribuir com sua reconstrução.

Freire (1989) ensina que essa releitura de mundo se inicia com um processo de alfabetização que valorize o universo vocabular dos produtores agropecuários, com suas linguagens, seus anseios e seus sonhos. Quantos foram expropriados de suas terras, ou enganados por fazendeiros e grileiros, como nos casos relatados por quilombolas rurais, por não saberem ler documentos que lhes foram entregues para que assinassem com a digital? Quantos, após expropriados dos seus territórios, estão nas favelas desempregados em condições de vulnerabilidade por não serem alfabetizados, por não terem escolarização suficiente para obter emprego e renda dignos?

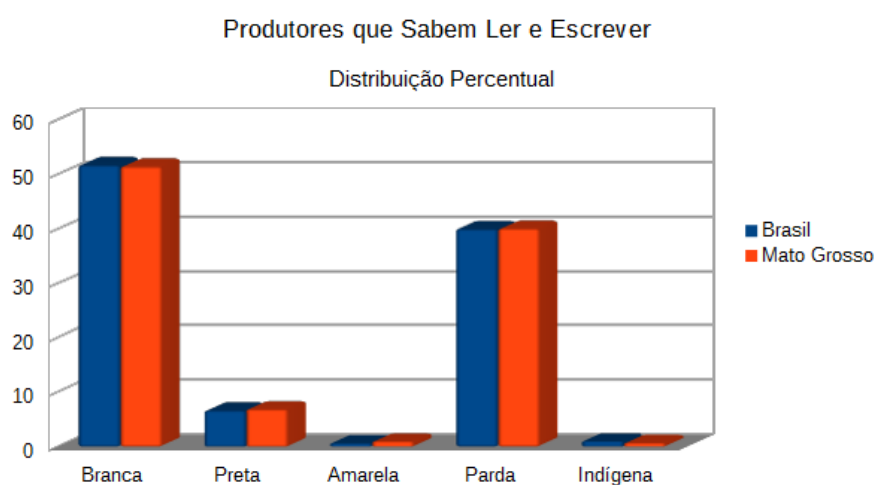
Se um dos grandes problemas do Brasil são as desigualdades econômicas, sociais e raciais, a educação seria o recurso mais viável para contribuir com a reversão desses cenários e possibilitar uma reconstrução nacional com a redução dessas desigualdades. No cenário rural, isso possibilitaria uma melhora na qualidade de vida desses produtores e o desenvolvimento de possibilidades intelectuais, materiais e sociais, além de esperança de melhorias intergeracionais. Contudo, Freire (1989) ensina que a educação não deve, apenas, possibilitar as habilidades técnicas para essas melhorias pontuais, mas a educação deve servir a um despertar do senso crítico e propositivo que possibilite ao produtor ter uma compreensão da situação de exclusão que o povo pobre do campo vive e de seu papel de reconstrução nacional e de fortalecimento de sua identidade.

A alfabetização de adultos enquanto ato político e ato de conhecimento, comprometida com o processo de aprendizagem da escrita e da feitura da palavra, simultaneamente com a “leitura” e “reescrita” da realidade, e a pós-alfabetização, enquanto continuidade aprofundada do mesmo ato de conhecimento iniciado na alfabetização, de um lado, são da reconstrução nacional em marcha; de outro, práticas impulsionadoras da reconstrução. (Freire, 1989, p. 24).

A educação tem esse papel pontual de melhorar a vida de uma pessoa e/ou de sua família por meio de aquisição de saberes que tragam mais qualidade de vida material, mas

também tem o papel de contribuir para que cada indivíduo seja sujeito da sua história e que tenha uma participação na reconstrução de sua comunidade, município, estado e país. Os produtores agropecuários podem contribuir com diversas temáticas do campo e sua interseção com os setores urbanos e as políticas públicas rurais, como transporte coletivo, segurança pública, regularização fundiária, reforma agrária, crédito rural, acesso à internet, inovações no plantio e criação de rebanhos, atrelados aos aspectos de sustentabilidade, produções orgânicas e diversos outros temas que poderiam e deveriam ter os produtores rurais como protagonistas das ações.

Gráfico 3 - Produtores Alfabetizados por Cor ou Raça.



Fonte: Organização dos autores (cf. SIDRA, 2021, <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6755>).

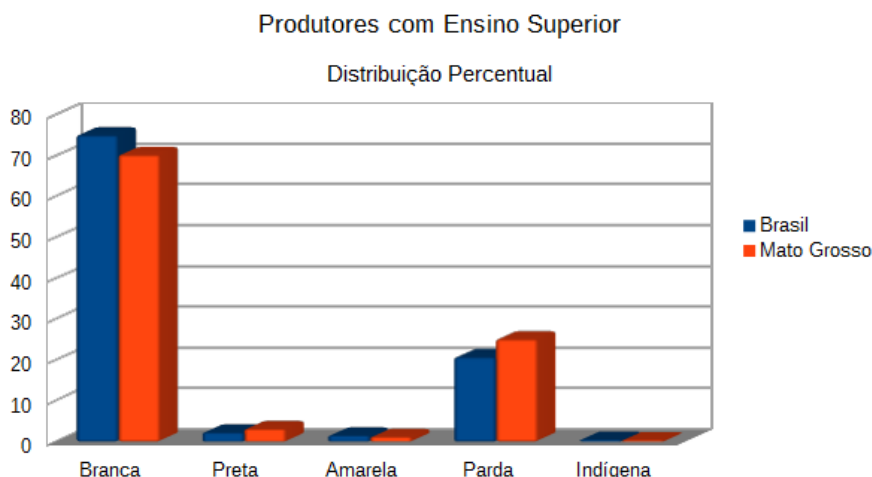
O perfil dos produtores alfabetizados é muito parecido para os níveis de desagregação nacional e para Mato Grosso. Cerca de 51% são brancos, 40% são pardos e 6% são pretos. Os indígenas ficam em quarto lugar nacionalmente e quinto lugar em Mato Grosso. Incontestavelmente, a alfabetização é um dos estágios iniciais de toda trajetória escolar. E os Gráficos 2 e 3 evidenciam que, mesmo nesses ciclos iniciais, já existem diferenças raciais entre os produtores agropecuários, visto que a maior parte dos analfabetos são negros, ao passo que a população branca é maioria entre os alfabetizados.

Hasenbalg (2003) aponta que a variável cor ou raça desempenha um papel importante no Brasil para um retrato das famílias urbanas e rurais na compreensão de seus aspectos econômicos, sociais e culturais; o autor acrescenta que as cores preta e parda possuem sérias desvantagens, inclusive significando contextos desfavoráveis para as próximas gerações das respectivas famílias. Ou seja, há maior probabilidade de que esse ciclo se reinicie nas

próximas gerações de produtores agropecuários, permanecendo as desigualdades educacionais e raciais. Portanto, a formulação e implementação de ações afirmativas que minimizem essas desigualdades também são necessárias e urgentes no setor rural brasileiro.

Segundo Ribeiro (2003), a cor ou raça deve ser reconhecida como um dos fatores relevantes para o entendimento da história das desigualdades sociais no Brasil. E os dados sobre analfabetismo dos produtores agropecuários brasileiros corroboram com esse fato. Os próximos dois gráficos respondem a seguinte pergunta: “Nos ciclos mais elevados da trajetória escolar, tais como o ensino superior, mestrado ou doutorado, essas desigualdades raciais diminuem, permanecem ou aumentam?”.

Gráfico 4 - Produtores com Ensino Superior por Cor ou Raça.



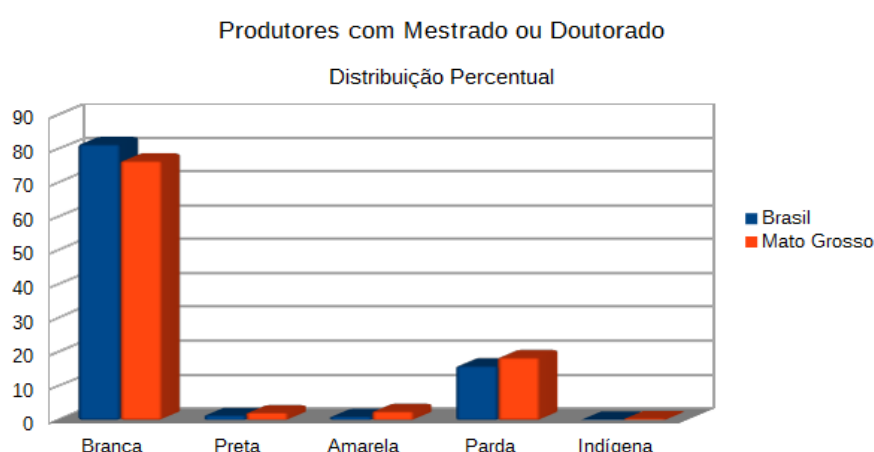
Fonte: Organização dos autores (cf. SIDRA, 2021, <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6755>).

O Gráfico 4 trata dos que concluíram o ensino superior, sendo que a grande maioria são brancos. No Brasil, são 75,01% e, em Mato Grosso, 70,22%. A população parda fica em segundo lugar, com 20,70% nacionalmente e 25,09% em nível estadual. A população preta tem a terceira posição, com 2,22% para Brasil e 3,10% para Mato Grosso. Os amarelos ficam em quarto e indígenas em quinto, tanto para Brasil quanto para Mato Grosso. Percebe-se que as desigualdades raciais entre brancos e negros aumentaram quando comparadas com os percentuais de alfabetização. Apesar das desigualdades raciais apontadas no Gráfico 4, convém lembrar que houve, de 2003 em diante, a elaboração e implementação de programas públicos, que contribuíram para elevar, um pouco mais, o índice de acesso ao ensino superior no Brasil.

Nesse sentido, é importante mencionar que, em 2005 e 2012, foram criados dois programas públicos que contribuíram para maior democratização no ingresso ao ensino superior de pessoas com maior vulnerabilidade social, seja pelos aspectos de cor ou raça ou por questões socioeconômicas. São eles: o Programa Universidade para Todos (Prouni), para as instituições particulares, e a Lei de Cotas nos institutos e universidades federais. O Prouni concede bolsas integrais ou parciais para estudantes de baixa renda e oriundos do ensino público, enquanto a Lei de Cotas estabelece que 50% das vagas das universidades e institutos federais devem ser preenchidas por estudantes de baixa renda, oriundos do ensino público e considerando o percentual de pretos, pardos e indígenas em cada Estado. Por meio deles houve um substancial aumento de pessoas de baixa renda e negras no ensino superior (Cavichioli, 2016).

Os dados do Censo Agro de 2017 demonstram que esses programas públicos ainda não foram capazes de modificar o cenário desigual do ensino superior nacional, visto pela ótica do produtor agropecuário mato-grossense e brasileiro. Espera-se que esses programas sejam mantidos e ampliados para que o setor rural brasileiro reflita mais a sociedade vigente, pois tanto o Brasil quanto o estado de Mato Grosso possuem uma maioria da população negra, e isso não é refletido quando se investiga o perfil dos graduados no ensino superior. Que esses dados contribuam para maior reflexão sobre o porquê de tamanha desigualdade racial no setor agrário.

Gráfico 5 - Produtores com Mestrado ou Doutorado por Cor ou Raça.



Fonte: Organização dos autores (cf. SIDRA, 2021, <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6755>).

No Gráfico 5, são apresentados os produtores com mestrado ou doutorado por cor ou raça. Em nenhum outro retrato, a discrepância racial foi tão elevada. A população branca

corresponde a 81,41% para o Brasil e 76,47% para Mato Grosso. Apesar de a população parda ficar em segundo lugar, o percentual nacional foi de apenas 15,93% e a estadual 18,43%. Os produtores pretos ficaram em terceiro lugar nacionalmente (1,38%) e, em quarto lugar, em Mato Grosso (2,15%). Os amarelos ficaram em quarto no Brasil (1,04%) e terceiro em Mato Grosso (2,54%). Os indígenas ficaram em quinto lugar para os dois níveis de desagregação.

Há outros estudos que analisam indicadores educacionais e chegam às mesmas constatações, conforme pode ser lido no comentário do pesquisador Valle Silva (2003, p. 133):

Outra exceção é a variável cor. Examinando-se o padrão de efeitos ao longo da transição para 1990 (posto que os dados de 1981 não incluíam a cor do respondente), observa-se que estes crescem conforme se progride dentro do sistema escolar, sugerindo um processo perverso de seletividade educacional. Ou seja, não só jovens brancos desfrutam de maiores vantagens nas transições escolares ao longo de todo o processo, como estas vantagens parecem crescer conforme se faz esta transição dentro do sistema.

Essa análise foi feita utilizando outra pesquisa do IBGE chamada Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) e não foi concentrada apenas no setor rural, mas contemplou o sistema educacional brasileiro nos setores urbanos e rurais. Outra questão curiosa é que tais análises consideraram dados de 1981, 1990 e 1999. Sendo assim, são dados de um recorte temporal relativamente distante do Censo Agro 2017 e, mesmo assim, com conclusões tão recentes e atuais, demonstrando que os avanços na redução das desigualdades raciais não estão ocorrendo na velocidade e relevância que o tema requer.

Considerações finais

Este trabalho analisou os dados do Censo Agro 2017, tendo como foco as seguintes variáveis: estabelecimentos agropecuários, produtor, cor ou raça, analfabetismo e ensino superior para o Brasil e estado de Mato Grosso. Essa análise teve como objetivo responder a seguinte pergunta: “O que revela, o Censo Agro 2017, do IBGE, sobre as desigualdades raciais, nos estágios iniciais e finais, da trajetória escolar dos produtores rurais de Mato Grosso e do Brasil?”. Após a geração de tabelas e análises quantitativas e qualitativas, foram revelados os seguintes pontos:

Há desigualdades raciais retratadas no Censo Agro em que é constatado que a população branca é maioria nos indicadores educacionais mais favoráveis, como alfabetização, ensino superior e mestrado ou doutorado. A população negra é maioria nos

indicadores menos favoráveis, a exemplo das pessoas que nunca frequentaram escola ou que não sabem ler e escrever.

Foi percebido que quanto mais se progride na trajetória escolar, maiores são as desigualdades raciais com indicadores mais favoráveis à população branca em comparação à população negra. Ou seja, ao estudar os alfabetizados, com ensino superior e com mestrado ou doutorado, percebe-se que quanto mais elevada a instrução escolar, maiores são as diferenças entre os brancos e negros, constatando que as posições de maior status em termos de titulação acadêmica têm os produtores agropecuários brancos como maioria absoluta.

Nos latifúndios, a grande maioria dos responsáveis por sua administração no país e em Mato Grosso são produtores brancos, e apenas 1% deles não sabe ler e escrever. Já nos pequenos estabelecimentos agropecuários, os produtores negros ficam em primeiro lugar e o percentual de analfabetismo deles é superior à média nacional e de Mato Grosso.

O Censo Agro 2017 retratou que a educação do campo é mais um espaço social onde as desigualdades raciais e educacionais são materializadas. Convém registrar que este trabalho só teve a intenção de iniciar reflexões acerca dos temas educação, educação do campo, relações raciais e sobre as desigualdades vistas no setor rural do Brasil e do estado de Mato Grosso, tendo o Censo Agro como base de sustentação quantitativa para início das análises qualitativas.

Os próprios dados deste artigo possuem potencial de maior detalhamento, por exemplo: qual o rendimento dos pequenos produtores e grandes produtores, considerando a cor ou raça? Qual o rendimento dos pequenos produtores negros analfabetos? Qual o rendimento dos produtores brancos alfabetizados, com graduação, mestrado ou doutorado? Há uma relação entre agricultura familiar, agricultura sustentável e nível de escolarização? São alguns exemplos de como os trabalhos podem ser enriquecidos.

Há diversos outros temas ainda não explorados na área da educação, e espera-se que outros trabalhos utilizando o Censo Agro possam ser feitos para abordá-los. Por exemplo, pesquisas que estudem a relação entre indicadores educacionais e emprego, sexo do produtor, idade (verificar taxas líquida e bruta), estudos sobre ensino fundamental e médio e diversas outras possibilidades de se pensar a educação como um dos valores fundamentais da formação humana, como um direito de todos e a serviço de uma visão pluriversal, dialógica e diversa.

Referências

- Arroyo, M. G., & Fernandes, B. M. (1999). *A Educação Básica e o Movimento Social do Campo*. Brasília: Articulação Nacional por Uma Educação Básica do Campo. Coleção por Uma Educação Básica do Campo, 2. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf>
- Cavichioli, M. H. F. (2016). *A expansão do acesso ao ensino superior no Estado de Mato Grosso – 1991 a 2010: mudanças ou permanências?* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso.
- Ferraro, A. R. (2012). Alfabetização rural no Brasil na perspectiva das relações campo-cidade e de gênero. *Educação & Realidade*, 37(1), 943–967. <https://doi.org/10.1590/S2175-62362012000300013>
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Editora Cortez.
- Freire, P. (2010). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Hasenbalg, C. (2003). A Distribuição de Recursos Familiares. In Hasenbalg, C., & Valle Silva, N. (Orgs.). *Origens e Destinos – Desigualdades sociais ao longo da vida* (pp. 55-83). Rio de Janeiro: Topbooks.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Censo Agropecuário*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017a). *Censo Agro 2017*. <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017b). *Manual do Recenseador 2017*. Censo Agro 2017. <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/divulgacao-censo-agro-2017/midia-online.html?view=mediaibge&catid=2199&id=1056>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017c). *Questionário*. Censo Agro 2017. https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/downloads/censoagro2017/Quest_Censo_Agro_2017_Valores_10042017.pdf
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017d). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>
- Mueller, C. C. (2014). O Censo Agro: complexa operação que vem ajudando a desvendar a realidade da agropecuária brasileira. In Senra, N. C. (Org.). *O Censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários* (pp. 13-22). Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações.

Ribeiro, C. A. C. (2003). Estrutura de classes, condições de vida e oportunidades de mobilidade social no Brasil. In Hasenbalg, C., & Valle Silva, N. (Orgs.). *Origens e Destinos – Desigualdades sociais ao longo da vida* (pp. 381-430). Rio de Janeiro: Topbooks.

SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. *Banco de Tabela Estatísticas*. <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>

Urrutia, C. G. (1952). *Analfabetismo en América* [Analfabetismo na América]. Guatemala: Ministério da Educación Pública.

Valle Silva, N. (2003). Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In Hasenbalg, C., & Valle Silva, N. (Orgs.). *Origens e Destinos – Desigualdades sociais ao longo da vida*. (pp. 105-146). Rio de Janeiro: Topbooks.

Vasconi, T. A., & Reça, I. C. (1967). El analfabetismo como fenómeno estructural y las perspectivas de una campaña nacional de alfabetización [O analfabetismo como fenômeno estrutural e as perspectivas de uma campanha nacional de alfabetização]. *América Latina*, 10(2), 71-120.

ⁱEsses dados fazem parte de uma pesquisa maior que é a tese de doutorado em Educação que está sendo construída com o título *EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL E NO ESTADO DE MATO GROSSO: um olhar por meio do Censo Demográfico de 2022*.

ⁱⁱNeste trabalho, o termo “raça negra” será entendido como a soma dos pardos e pretos.

ⁱⁱⁱSegundo a metodologia do Censo Agro, os estabelecimentos agropecuários são gerenciados por um produtor ou administrador. Entretanto, considerando que os administradores correspondem, apenas, a 0,33% Brasil e 0,51% Mato Grosso, foi feita a opção de não discutir essa variável e se concentrar no conceito de produtor.

^{iv}Apesar dessas obras terem publicado suas pesquisas nos anos de 1967 e 1952, seus resultados ainda são atuais e relevantes para contribuir com as reflexões sobre a relação que existe entre regiões com latifúndios e analfabetismo.

^vAnálise feita com a Tabela 6856 do Sidra que apresenta o seguinte quantitativo de estabelecimentos agropecuários: 5.047.566 para Brasil e 118.522 para Mato Grosso.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 04/08/2021
Aprovado em: 23/11/2021
Publicado em: 30/04/2022

Received on August 04th, 2021
Accepted on November 23th, 2021
Published on April, 30th, 2022

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Cavichioli, M. H. F., & Castilho, S. D. (2022). As desigualdades educacionais no meio rural: um estudo dos impactos raciais no Brasil e no estado de Mato Grosso. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e12826. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12826>

ABNT

CAVICHIOILLI, M. H. F.; CASTILHO, S. D. As desigualdades educacionais no meio rural: um estudo dos impactos raciais no Brasil e no estado de Mato Grosso. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e12826, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12826>